



VII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 3ª REGIÃO

PRIMEIRA PROVA ESCRITA

01. São limites materiais ao poder de reforma da Constituição:

- a) os direitos e garantias individuais e coletivos; a República; a construção de uma sociedade livre, justa e solidária;
- b) a dignidade da pessoa humana; os direitos sociais; o pluralismo político; a cidadania; a soberania e a garantia do desenvolvimento nacional;
- c) a separação dos Poderes; os direitos e garantias individuais; o voto direto, secreto, universal e periódico e a forma federativa de Estado;
- d) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; a federação; a democracia representativa; a solução pacífica dos conflitos e a prevalência dos direitos humanos.

02. Os Deputados Federais e os Senadores não poderão ser presos, exceto em caso de flagrante de crime inafiançável, nem processados criminalmente, sem prévia licença de sua Casa, desde a:

- a) expedição do diploma;
- b) proclamação oficial do resultado do pleito;
- c) posse solene;
- d) sessão legislativa inaugural.

03. Na eleição dos Senadores, o critério adotado é:

- a) censitário;
- b) distrital misto;
- c) proporcional;
- d) majoritário.

04. Ante agressão estrangeira armada ao Estado Brasileiro, o Chefe do Executivo Federal, preenchidos os requisitos constitucionais, poderá decretar estado de:

- a) emergência;
- b) beligerância;
- c) sítio;
- d) defesa.

05. A competência para julgar mandado de segurança impetrado em face de ato de Ministro de Estado é do:

- a) Supremo Tribunal Federal;
- b) Superior Tribunal Militar;
- c) Tribunal Regional Federal;



d) Superior Tribunal de Justiça.

06. A iniciativa de Emenda à Constituição pode ser de:

- a) dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;
- b) três quintos, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;
- c) um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;
- d) um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

07. Em caso de vacância nos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, nos dois últimos anos do mandato, a eleição para ambos os cargos será feita:

- a) trinta dias depois de aberta a última vaga, pelo Congresso Nacional;
- b) trinta dias depois da última vaga, por eleição popular direta;
- c) noventa dias depois de aberta a última vaga, pelo Congresso Nacional;
- d) noventa dias depois da última vaga, por eleição popular direta.

08. Quando a falta de norma regulamentadora tornar inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, conceder-se-à:

- a) mandado de segurança coletivo;
- b) "habeas data";
- c) ação declaratória de constitucionalidade;
- d) mandado de injunção.

09. Declarada inconstitucional, por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, a lei deverá ter sua execução suspensa por ato:

- a) do próprio Supremo Tribunal Federal;
- b) da Câmara dos Deputados;
- c) do Congresso Nacional;
- d) do Senado Federal.

10. Em face do estabelecido na Constituição Federal, a Medida Provisória:

- a) tem força de lei, mas deve ser apreciada pelo Congresso Nacional no prazo de 30 (trinta) dias;
- b) não tem força de lei, pois ato do Chefe do Poder Executivo, autoridade que não tem competência constitucional para legislar;
- c) tem força de lei e vale por 60 (sessenta) dias, prazo constitucionalmente assegurado ao Congresso Nacional para rejeitá-la;



d) só poderá ser editada obedecidos os seguintes requisitos: urgência, relevância e autorização do Congresso Nacional.

11. A inviolabilidade das comunicações telefônicas, direito assegurado por norma constitucional de eficácia contida, admite exceções:

- a) para fins de investigação ou instrução processual penal, desde que haja autorização judicial;
- b) para fins de fazer prova em processo penal e civil em ações de estado, independentemente de autorização judicial;
- c) para resolver casos de seqüestro de pessoas, independentemente de autorização judicial;
- d) nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal, e mediante autorização judicial.

12. O inciso XIII do artigo 5º da Constituição Federal, que dispõe ser “livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”, é norma de eficácia:

- a) limitada;
- b) programática;
- c) plena;
- d) contida.

13. O sistema de controle da constitucionalidade no Brasil é:

- a) político e difuso;
- b) jurisdicional e concentrado nas mãos do Supremo Tribunal Federal, único órgão competente para exercê-lo;
- c) político na via de ação direta e jurisdicional na via de exceção ou defesa;
- d) jurisdicional, combinando os critérios difuso e concentrado, este último pelo Supremo Tribunal Federal.

14. Os direitos decorrentes da cidadania se adquirem a partir:

- a) da concepção, eis que a lei assegura direitos ao nascituro;
- b) do alistamento eleitoral, na forma da lei;
- c) do nascimento com vida;
- d) da maioridade civil.

15. Não estão legitimados para propor a Ação Direta de Inconstitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal:

- a) o Presidente da República e o Governador do Estado;
- b) as Mesas do Senado, da Câmara dos Deputados e das Assembléias Legislativas;
- c) o Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil e o partido político com



representação nas Assembléias Legislativas;

d) o Procurador-Geral da República e Confederação Sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

16. Assinale a alternativa correta:

a) na nova ordem constitucional, não pode o Presidente da República inovar o ordenamento jurídico mediante regulamento autônomo, salvo para dispor sobre a estruturação, as atribuições e o funcionamento dos órgãos da administração federal;

b) o princípio da adjudicação compulsória implica absoluta irrevogabilidade do procedimento licitatório a partir da conclusão do julgamento, momento em que, para o vencedor, surge direito subjetivo ao contrato;

c) a desapropriação indireta, processada sem observância do procedimento legal, assemelha-se ao esbulho, mas não pode ser obstada por meio de ação possessória;

d) é permitida a acumulação remunerada, em horários compatíveis, de dois cargos de professor e, bem assim, de um de professor com cargo diverso, desde que técnico ou científico.

17. Assinale a alternativa correta:

a) em função do princípio da legalidade, deve o ato administrativo inválido ser anulado, sendo inadmissível que, com a motivação de evitar lesão maior a interesse público, onde há vinculação se insira discricionariedade;

b) como forma de exercício privado da função pública, a ação popular só pode ter fins repressivos, não preventivos;

c) com a nova ordem constitucional, formalizou-se ampliativamente o conceito de agente público, consolidando-se a jurisprudência no sentido da doutrina que via como passíveis de revestirem a posição de autoridade coatora os delegados de serviços públicos, os prestadores de serviço público, os concessionários e os permissionários;

d) revelando-se a concessão do serviço contrária ao interesse público, deve o poder concedente rescindir unilateralmente o contrato e retomar a execução do serviço concedido, nesse caso descabendo qualquer espécie de indenização.

18. Assinale a alternativa correta:

a) dada a natureza privatística da compra-e-venda, pode o particular fazer uso da "exceptio non adimpleti contractus" contra a administração inadimplente;

b) salvo por meio da formação de consórcio com outras, a empresa controlada pela pessoa física a quem tenha sido diretamente adjudicada a elaboração do projeto não poderá participar da licitação ou da execução de obra ou serviço;

c) em razão de ter o Supremo Tribunal Federal reconhecido a mora do Congresso Nacional na regulamentação do direito de greve dos servidores públicos, surge este plenamente como direito subjetivo, daí que nenhuma sanção jurídica lhes poderá ser aplicada, mesmo em se tratando de paralisações em serviços essenciais, irrelevante



que é a alegação de lesão a interesse público primário;

d) pela exigência constitucional de concurso público não só para a primeira investidura, não há mais readmissão nem ascensão, mas a doutrina admite excepcionalmente o reingresso por reversão, no caso de aposentadoria por invalidez.

19. Ao expedir certidão de objeto e pé em relação a determinado processo, pratica o escrivão do juízo ato administrativo dotado de eficácia:

- a) constitutiva;
- b) declaratória;
- c) enunciativa;
- d) preclusiva.

20. Assinale a alternativa correta:

- a) função administrativa consiste no dever, do Poder Executivo ou de quem aja em seu nome, de dar cumprimento fiel, no caso concreto, aos comandos normativos, de maneira geral ou individual, sob regime prevalente de direito público, por meio de atos e comportamentos controláveis internamente, bem como externamente pelo Legislativo (com o auxílio dos Tribunais de Contas), atos, estes, revisíveis pelo Judiciário;
- b) somente por lei específica podem ser criadas sociedades de economia mista, as quais, no entanto, poderão explorar assim os empreendimentos previstos no ato de criação como os ulteriormente autorizados em assembléia geral de acionistas;
- c) o poder disciplinar é discricionário, não se admitindo a possibilidade de imputação do crime de condescendência criminosa (CP, art. 320) à autoridade que, motivada por razões de conveniência e oportunidade, abstém-se de punir o infrator;
- d) os serviços de saúde, de competência da União, exercidos em vários pontos do território nacional são exemplo típico de desconcentração administrativa.

21. Assinale a alternativa correta:

- a) a intervenção estatal na economia para fins de planejamento subordina a administração pública mediante normas cogentes mas não assim os particulares, cuja adesão a planos econômicos poderá ser obtida mediante leis meramente indicativas, de incentivo ou estímulo, preservada a autonomia da vontade dos destinatários;
- b) a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo é direito do contratado previsto na Constituição, inclusive quanto aos ônus de álea extraordinária, que devem ser assumidos integralmente pela administração pública contratante;
- c) na hipótese de vir a ser abolido o instituto da enfiteuse, também no caso dos imóveis urbanos situados em áreas definidas como terrenos de marinha ao longo das margens dos rios navegáveis estará constitucionalmente assegurada ao foreiro a faculdade de remir o aforamento, mediante aquisição do domínio direto segundo os critérios e bases vigentes na legislação especial dos imóveis da União;



d) na desapropriação indireta, quando o expropriado não pleiteia a indenização em tempo hábil e deixa prescrever o seu direito, o poder público limitar-se-á a promover a afetação do bem particular a um fim público, mediante esta operando-se a transferência da propriedade.

22. Em relação ao dano ocorrente na prestação de serviço público, não se aplica a regra da responsabilidade objetiva quando o fato tem como causa:

- a) uma omissão ou insuficiência imputável ao serviço público, cuja normal atuação, não fosse essa falta, teria impossibilitado as conseqüências que hajam decorrido de fato da natureza qualificado como força maior;
- b) ato imputável a funcionário de sociedade de economia mista;
- c) ato imputável a funcionário de empresa pública;
- d) ato de particular, mesmo que em atividade de colaboração com a administração pública.

23. Assinale a alternativa **incorreta**:

- a) no processo disciplinar, o persistente silêncio do acusado não importa em confissão, mas pode constituir elemento para a formação do convencimento da autoridade julgadora;
- b) o chamado poder de polícia, em sentido amplo, corresponde à atividade de condicionar a liberdade e a propriedade, ajustando-as aos interesses coletivos;
- c) praticado o ato à míngua de delegação da autoridade superior, poderá esta ratificá-lo, desde que, na espécie, se trate de hipótese em que a competência é delegável;
- d) é vedado à administração pública convalidar “ex officio” o ato praticado com finalidade diversa da que decorre da lei, descabendo-lhe invocar o seu poder de autotutela.

24. Assinale a alternativa correta:

- a) em relação ao ato discricionário da administração pública, pode o Judiciário apreciar os aspectos da legalidade, inclusive podendo decretar a nulidade do ato por atribuir, a conceito indeterminado contido na lei, sentido diverso do que foi adotado na motivação do ato administrativo;
- b) concessão de serviço público é o contrato administrativo por meio do qual o Poder Público transfere o exercício de determinados serviços ao concessionário, pessoa jurídica privada, para que os execute em seu próprio nome, por sua conta e risco, sem contudo assegurar retribuição do capital em caso de redução de tarifas imposta por necessidade de política social;
- c) podem ser objeto de cancelamento, antes de vencido o prazo, a concessão e a permissão de serviços de radiodifusão e de sons e imagens, mas o ato somente produzirá efeitos legais com a aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal;



d) prevalece, em doutrina e jurisprudência, entendimento segundo o qual o mandado de segurança coletivo é instrumento utilizável para defesa do interesse coletivo da categoria integrante da entidade de classe ou do sindicato, enquadrando-se no conceito de interesse coletivo a soma dos interesses individuais dos filiados.

25. Assinale a alternativa **incorreta**:

- a) a pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social não poderá contratar com o Poder Público, mas essa limitação constitucional não se estende à hipótese de débitos de tributos de outras espécies;
- b) a convocação de comissão especial para apurar o fato sindicado, ocorrida posteriormente a este e com preterição de comissão processante permanente, não configura quebra do princípio do juiz natural no caso de evidente singularidade do fato;
- c) a retrocessão é legalmente vedada no direito brasileiro, salvo em especialíssimas hipóteses, como aquela em que o bem expropriado é posto em uso por ente estatal dotado de personalidade privada, sem prévia incorporação à Fazenda Pública;
- d) a extinção do ato administrativo diz-se revogação quando fundada em novo exame da conveniência e oportunidade, com eficácia “ex nunc”.

26. Assinale a alternativa correta:

- a) mediante lei complementar, pode a União, em caso ou na iminência de guerra civil, instituir imposto diverso dos que lhe foram atribuídos na Constituição, nesta hipótese podendo ainda exigir o novo gravame já no mesmo exercício financeiro em que publicada a norma instituidora;
- b) não pode a União tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes;
- c) mediante lei complementar e atendendo a relevante interesse social ou econômico nacional, pode a União conceder isenções de impostos estaduais e municipais;
- d) pode a União conceder remissão de tributos de competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, desde que, no mesmo momento, pela mesma razão e para a mesma área geográfica, também a conceda em relação a tributos de competência federal.

27. Assinale a alternativa **incorreta**:

- a) independentemente de prévio protesto do sujeito passivo, caracteriza-se como pagamento indevido o recolhimento de tributo realizado quando ao fisco não mais assista o direito de exigir o pagamento;
- b) à semelhança do princípio adotado no art. 2º, parágrafo único, do Código Penal (“lex mitior”), a penalidade administrativa menos severa da lei tributária nova retroage, para afastar a aplicação de lei mais onerosa vigente ao tempo em que se deu o



inadimplemento do crédito tributário;

c) a revisão do lançamento só pode ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública;

d) a revisão do lançamento há, também, de ser concluída enquanto não esgotado prazo decadencial de cinco anos, contados a partir da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

28. Estipula o art. 123 do CTN que “salvo disposição de lei em contrário, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes”. Por seu turno, admite o art. 796 do RIR em vigor que “quando a fonte pagadora assumir o ônus do imposto devido pelo beneficiário, a importância paga, creditada, empregada, remetida ou entregue, será considerada líquida, cabendo o reajustamento do respectivo rendimento bruto, sobre o qual recairá o imposto”. Suponha-se que um jogador de futebol exigiu que o seu IR de R\$ 25.000,00 seja assumido pela agremiação a que pertence, para receber, sem desconto do imposto, o salário do mês no montante de R\$ 100.000,00. Após correta interpretação dessas normas, bem como do art. 97, par. 2º, do CTN, segundo o qual “equipara-se à majoração do tributo a modificação da sua base de cálculo, que importe em torná-lo mais oneroso” - e tomando-se como alíquota única do IR a de 25% - deverá o recolhimento do imposto ser efetuado:

a) no valor de R\$ 25.000,00 em nome do jogador, como se o valor recolhido tivesse sido objeto de uma doação em seu benefício, implicitamente isenta, mantida, outrossim, a base de cálculo no valor de R\$ 100.000,00;

b) no valor de R\$ 25.000,00 em nome da agremiação, já que o jogador, dispensado do encargo, não mais se qualifica como sujeito passivo do imposto de renda em relação ao “quantum” por aquela assumido, mantida, outrossim, a base de cálculo, no valor de R\$ 100.000,00;

c) no valor de R\$ 33.333,33 (25% de R\$ 133.333,33) em nome do jogador, como se o valor recolhido tivesse sido objeto de uma doação em seu benefício, implicitamente isenta, e como se por novação legal o salário contratado sofresse efetivo reajustamento para o valor de R\$ 133.333,33;

d) no valor de R\$ 33.333,33 (25% de R\$ 133.333,33) em nome da agremiação, já que o jogador, dispensado do encargo, não mais se qualifica como sujeito passivo do imposto de renda em relação ao “quantum” por aquela assumido, sendo correto, porém, o reajustamento da base de cálculo na forma da lei.

29. Se expressamente autorizada em lei, a extinção de crédito de tributo federal mediante entrega, pelo sujeito passivo, de títulos públicos emitidos pela União, traduz a presença de:

a) doação em pagamento;



- b) confusão;
- c) compensação;
- d) pagamento.

30. Assinale a alternativa correta:

- a) a contraprestacionalidade é ínsita à figura de taxa, inclusive quando a instituição desta é fundada no regular exercício do poder de polícia, neste caso podendo o aplicador da lei configurar o gravame como imposto ilegal sempre que, mesmo tendo sido criado o órgão competente, este não dê início à atividade de polícia ou venha a ser desativado;
- b) o IPMF foi julgado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal por desprezar o requisito da não-cumulatividade, indispensável nos casos em que a União exerça sua competência tributária residual;
- c) em caso de calamidade pública, pode a União instituir empréstimos compulsórios ou impostos extraordinários, ficando a aplicação dos recursos arrecadados sempre vinculada à despesa que tenha fundamentado a instituição dessas exações;
- d) os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir contribuições sociais, cobradas de seus servidores, para o custeio de sistemas de saúde, previdência e assistência social estruturados em benefício dos referidos sujeitos passivos.

31. Assinale a alternativa correta:

- a) tributação sobre ganho de capital instituída sobre a mais-valia decorrente da valorização da propriedade imobiliária substitui perfeitamente e torna inútil a aplicação de contribuição de melhoria no âmbito federal;
- b) dentre os impostos federais passíveis de instituição por lei ordinária, apenas o imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e o imposto sobre a propriedade territorial rural não podem ser cobrados no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a respectiva lei instituidora;
- c) somente a União, por meio de lei complementar, pode instituir empréstimos compulsórios, aos quais a Constituição não estende a proibição de cobrança no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei instituidora;
- d) o chamado parcelamento de débitos fiscais não se relaciona com a figura da moratória e sim com a do pagamento, já que este é modalidade de extinção do crédito tributário.

32. Fala-se de extrafiscalidade, quando a hipótese de incidência da norma isencional consiste no resultado material causado pela prática de uma conduta tipificada e expressamente incentivada pelo legislador com vistas à consecução de fins estranhos ao de arrecadação de um dado tributo. Todavia, ainda quando se adote essa especial concepção doutrinária, é incabível afirmar-se que:

- a) como o fisco está, nesses casos, no pólo passivo de uma relação jurídica



obrigacional de natureza não tributária, daí restando inviabilizada a inserção dessa matéria no âmbito do direito tributário positivo, afigura-se inadmissível que, em sede de execução fiscal, postule o contribuinte redução do montante da dívida em função do valor de crédito seu, decorrente de isenção extra fiscal;

b) por ser tão estreita a analogia entre as isenções condicionais ou onerosas e o instituto da promessa de recompensa - com disciplina no art. 1.512 do Código Civil e respaldo nos sobreprincípios da boa-fé e da preservação do ato jurídico perfeito - o Código Tributário Nacional, em seu art. 178, houve por bem explicitar que a lei não poderá revogar ou modificar essa espécie de isenção;

c) a sanção, no caso de não ser propiciada a vantagem prometida, consistirá na sujeição do fisco ao cumprimento coercitivo da norma, segundo as regras da execução contra a fazenda pública, mas o processo de conhecimento, quando não adote a forma mais adequada da ação de cobrança, poderá, na prática, atingir os mesmos resultados se se admitir o uso da ação de repetição do indébito;

d) se é que se trata de vantagem autonomamente juridicizada como decorrência do cumprimento de um ônus ou encargo pelo contribuinte, o que há é redução, parcial ou total, na arrecadação decorrente do adimplemento de uma dada obrigação tributária, mas de modo nenhum a atribuição da vantagem prevista na norma jurídica isencional importaria em restrição ou frustração da incidência da norma jurídica tributária propriamente dita.

33. Nos termos do que dispõe o art. 170 do Código Tributário Nacional, “a lei pode, nas condições e sob as garantias que estipular, ou cuja estipulação em cada caso atribuir à autoridade administrativa, autorizar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Pública”. Por sua vez, reza o art. 66 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, que “nos casos de pagamento indevido ou a maior de tributos e contribuições federais, inclusive previdenciárias, mesmo quando resultante de reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória, o contribuinte poderá efetuar a compensação desse valor no recolhimento de importância correspondente a períodos subseqüentes”. Em razão desses permissivos, grande volume de pleitos fluiu na Justiça Federal e nos Tribunais Regionais Federais. Esse procedimento de compensação levado a efeito pelo próprio sujeito passivo:

a) não pode ser delegado a este, porquanto a “autorização” a que se refere o Código tem o exclusivo sentido de autorização dada pela lei à autoridade administrativa;

b) assemelha-se ao de lançamento por homologação, no qual o sujeito passivo tem autorização legal para, provisoriamente, apurar o “an” e o “quantum debeatur” em relação a determinados tributos, cujo crédito restará extinto em razão do pagamento que for feito, sujeito esse procedimento a eventual controle por parte da autoridade administrativa, que pelo prazo de cinco anos contados da ocorrência do respectivo fato gerador pode rever ou homologar os atos nele praticados;



c) tal como o do lançamento por homologação previsto no art. 150 do Código Tributário Nacional, é procedimento juridicamente inviável, por tomar por base fenômeno jurídico destituído de racionalidade, qual seja o de uma “extinção provisória” de um crédito tributário;

d) carece de bases institucionais, uma vez que com a entrada em vigor da atual ordem constitucional em 5 de outubro de 1988 sobreveio a total inviabilização do instituto da compensação no direito tributário pátrio, mercê da colisão do art. 170 do Código Tributário Nacional com comando constitucional explicitado no sentido de que “à exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para esse fim” (CF, art. 100, “caput”).

34. Assinale a alternativa correta:

a) por implicar limitação ao tráfego de pessoas e bens, a cobrança de pedágio nas rodovias conservadas pela União é vedada pela Constituição, que no entanto ressalva a hipótese em que se assegure a possibilidade do uso de vias alternativas;

b) pela imunidade recíproca, os entes da federação não podem instituir impostos sobre o patrimônio, a renda e os serviços, uns dos outros, cabendo integral restituição nas hipóteses em que qualquer desses entes suporte o encargo financeiro decorrente de tributos indiretos lançados sobre terceiros que com ele tenham contratado;

c) a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, passou a ter natureza jurídica de lei complementar antes mesmo que a Constituição de 1967 introduzisse no sistema essa normatividade paraconstitucional (15.03.67), porquanto foi guindada a este nível na hierarquia das leis pelo Ato Complementar nº 36, de 13 de março de 1967, que a denominou Código Tributário Nacional;

d) é facultado ao Poder Executivo da União alterar discricionariamente as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados, desde que atendidos os limites previamente estabelecidos pela lei.

35. A revogação da lei que instituíra isenção condicional:

a) implica imediata aplicação da nova norma ao fato antes isento, com eficácia “erga omnes” e em relação a todo e qualquer tributo;

b) implica aplicação da nova norma ao fato antes isento, com eficácia “erga omnes” somente a partir do primeiro dia do exercício financeiro subsequente ao ano em que publicada a lei revogadora, sempre que incidente o princípio da anterioridade;

c) é revogação da lei, mas não da isenção;

d) é legítima manifestação retro-operante do poder de tributar.

36. Assinale a alternativa correta:



- a) empréstimo compulsório instituído em caso de calamidade pública, cuja arrecadação teve seu produto desviado para o custeio de despesas correntes, não se converte só por isso em exigência juridicamente indevida - indébito tributário - dado que, nos termos do art. 4º, do Código Tributário Nacional, “a natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la: I - a denominação e demais características formais adotadas pela lei; II - a destinação legal do produto da sua arrecadação”;
- b) em razão da natureza obrigacional da relação jurídica tributária, não se admite a aplicação do princípio “in dubio pro reo” na apreciação dos ilícitos administrativos praticados pelo sujeito passivo;
- c) o protesto judicial, previsto no art. 174, inc. II, do Código Tributário Nacional, pode ser usado pelo fisco para afastar a decadência do direito de lançar, no caso de decisão judicial recorrível que suspende ou mantém suspensa a exigibilidade do crédito tributário objeto da controvérsia;
- d) no sistema tributário pátrio, a bitributação da renda no plano internacional só pode ser evitada mediante formais acordos entre o Brasil e os países estrangeiros que pretendam de algum modo também gravá-la.

37. Quando o sujeito ativo da obrigação tributária recusa-se a receber a importância do crédito respectivo e o sujeito passivo a consigna judicialmente, é errôneo afirmar-se que:

- a) em relação ao valor consignado não há cogitar-se de suspensão da exigibilidade nos termos do art. 151, inc. II, do Código Tributário Nacional, porque o sujeito passivo, quando consigna, quer pagar;
- b) ocorrem efeitos de pagamento provisório, cuja homologação decorrerá da sentença que julgar procedente a consignação, o que demonstra que a atividade de lançamento, a rigor, não é privativa da autoridade fiscal;
- c) é este obrigado a incluir juros e correção monetária no valor consignado, em relação ao tempo decorrido a partir do vencimento da obrigação;
- d) em caso de insuficiência do valor consignado, não supre a contestação do fisco a falta do correspondente lançamento, para o fim de se evitar a decadência do direito de constituir o crédito referente à parcela não consignada.

38. Assinale a alternativa correta:

- a) capacidade tributária ativa é conceito que se confunde com o de competência tributária, porque ambos não significam senão que a exação tem como causa uma norma atributiva do poder de tributar;
- b) a dívida ativa regularmente inscrita é título executivo judicial abstrato, que por presunção absoluta é dotado de liquidez e certeza;
- c) a interpretação literal imposta no art. 111 do Código Tributário Nacional em relação a hipóteses de exclusão do crédito tributário somente autoriza o aplicador de uma lei de



anistia fiscal a declarar inexistente a multa, já que é a remissão a providência legal idônea para operar a extinção da parcela do crédito relativa ao tributo propriamente dito, desde que o preceito codificado seja também interpretado literalmente;

d) na apuração do lucro real com vistas à aplicação do imposto de renda às pessoas jurídicas, as despesas com o pagamento de outros impostos e de taxas e contribuições somente poderão ser deduzidas em função do momento em que forem efetivamente desembolsadas pelo sujeito passivo.

39. O art. 150 do Código Tributário Nacional dispõe sobre o chamado lançamento por homologação e fixa prazo para que esse procedimento se conclua, acrescentando que “expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito”. Deve-se dizer que, nesta última hipótese, as determinações realizadas pelo sujeito passivo em relação ao “an debeat” e ao “quantum debeat” tornam-se definitivas em razão de eficácia:

- a) constitutiva;
- b) declaratória;
- c) simultaneamente declaratória e constitutiva;
- d) preclusiva.

40. Contribuição de melhoria criada pela União:

- a) independe de publicação prévia de memorial descritivo do projeto;
- b) inibe os demais entes políticos da Federação de incluir o quantum da valorização imobiliária na base de cálculo de tributos sobre o patrimônio por eles instituídos;
- c) costuma ser veiculada no plano legislativo como modalidade de imposição do próprio imposto sobre a renda, especificando-se como incidência sobre o lucro imobiliário;
- d) pode ser exigida dos Estados, Distrito Federal e Municípios, se comprovado que a obra federal valorizou imóveis incorporados às respectivas fazendas públicas.

41. Consoante o disposto no artigo 327 do Código Penal, considera-se funcionário público, para efeitos penais:

- a) o diretor jurídico de sociedade anônima;
- b) o diretor de sociedade anônima de economia mista, da qual a União detém o controle acionário;
- c) o diretor de associação de funcionários da empresa;
- d) o advogado contratado para patrocinar os interesses de empresa estatal em determinada causa.

42. Quando o agente provoca incêndio em imóvel de sua propriedade, com a finalidade de receber indenização securitária, comete crime de:

- a) incêndio;



- b) incêndio qualificado;
- c) estelionato;
- d) incêndio culposo.

43. Na fixação da pena pecuniária, o raciocínio do juiz deve desenvolver-se em:

- a) uma única etapa, abrangente de todos os dados e circunstâncias retratadas no processo;
- b) consideração ao dano causado pela prática da infração penal;
- c) atenção à periculosidade do condenado;
- d) mais de uma etapa, tendo em vista todos os dados e circunstâncias retratadas no processo.

44. Considerada a redação dada ao artigo 29, e seus parágrafos, do Código Penal, pela Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1.984, verifica-se que o legislador propendeu para:

- a) abolição da co-autoria;
- b) irrelevância da participação;
- c) manutenção da co-autoria e da participação consideradas igualmente;
- d) manutenção da co-autoria e da participação, considerada cada qual individualmente.

45. Tipifica-se o crime de quadrilha ou bando, quando:

- a) três pessoas se associam para a prática de crimes;
- b) cinco pessoas se associam para a prática de crimes;
- c) quatro pessoas se associam para a prática de contravenções penais;
- d) seis pessoas se associam para cometer um latrocínio.

46. O livramento condicional pode ser concedido ao condenado:

- a) verificada, circunstanciadamente, essa possibilidade;
- b) como manifestação do poder do juiz da execução;
- c) em decorrência do preenchimento, por ele, do requisito objetivo temporal;
- d) se o Ministério Público não se opuser à concessão.

47. O crime é de perigo abstrato quando:

- a) o agente tenha praticado atos preparatórios do cometimento delituoso;
- b) de sua prática, o agente veio a desistir;
- c) de sua prática, presume-se o perigo;
- d) tenha ocorrido arrependimento eficaz.

48. Aplicada a pena de dois anos de detenção, o Juiz poderá:

- a) substituí-la por pena restritiva de direitos;
- b) substituí-la pela pena de multa;
- c) suspender, condicionalmente, a sua execução;



d) impor, juntamente com ela, ao condenado, prestação de serviços à comunidade.

49. Cometido o crime por agente equivocado no tocante à proibição em lei estatuída, o Juiz, reconhecendo ter ele conhecimento do conteúdo desta, mas se enganado no seu entendimento, ao proferir a sentença de mérito, deve:

- a) absolvê-lo;
- b) conforme as circunstâncias, isentá-lo de pena, ou diminuir a quantidade desta;
- c) julgar extinta a punibilidade;
- d) condená-lo, em qualquer circunstância.

50. Nos crimes previstos na Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990:

- a) a pena deve ser agravada, quando o agente for funcionário público e praticar a infração penal no exercício de sua função;
- b) somente se procede mediante representação ou queixa;
- c) é inadmissível a condenação em pena pecuniária;
- d) o regime inicial do cumprimento da pena privativa de liberdade deve ser sempre o fechado.

51. O pleito de liberdade provisória, formulado pelo autor de crime de latrocínio:

- a) pode ser deferido, mesmo que a legislação infraconstitucional tenha tal infração penal como inafiançável;
- b) não deve ser acolhido, pelo aludido motivo, por não ter sido declarada a inconstitucionalidade da lei;
- c) deve ser indeferido por não ser o acusado primário;
- d) deve ser deferido, em face do disposto no artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal.

52. Não atendendo o denunciado à citação do edital:

- a) o Juiz decretará sua revelia, determinando o regular prosseguimento do processo;
- b) o Juiz nomear-lhe-á defensor, a quem ordenará a efetuação de defesa prévia;
- c) o Juiz proferirá julgamento de plano;
- d) ficará suspenso o processo, até que ele compareça.

53. O prazo, estabelecido na Lei de Imprensa, para o ajuizamento da ação penal, é:

- a) prorrogável, a critério do Juiz;
- b) de natureza decadencial;
- c) de natureza prescricional;
- d) sujeito a condição, na aludida lei prevista.

54. Tem-se a natureza jurídica do perdão judicial como correspondente:

- a) ao perdão do querelante;



- b) à verificação da inocência do acusado;
- c) à isenção de pena, em determinadas circunstâncias;
- d) a uma causa de exclusão da criminalidade.

55. A atuação do Juiz, disciplinada no artigo 3º da Lei nº 9.034, de 03 de maio de 1995, é:

- a) de natureza judicante, ínsita ao poder inquisitivo;
- b) de natureza investigatória;
- c) própria do Juizado de Instrução;
- d) substitutiva da atividade do Ministério Público.

56. A remição da pena, pelo trabalho, e a autorização de saída, na execução penal, constituem:

- a) regalia concedida, pelo Juiz, ao condenado;
- b) direito ínsito à progressão na execução da pena privativa de liberdade;
- c) resultado exclusivo do bom comportamento carcerário;
- d) benefício precariamente determinado pelo diretor do presídio.

57. O direito ao silêncio, constitucionalmente assegurado (cf. artigo 5º, inciso LXIII, da Constituição Federal):

- a) pode ser interpretado em detrimento da defesa do indiciado ou acusado;
- b) colide com a indispensabilidade de defesa técnica;
- c) deve ser considerado como manifestação de autodefesa;
- d) não tem a menor importância para o desfecho da causa penal.

58. A suspensão do processo, regulamentada no artigo 89 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995:

- a) deve ser deliberada em qualquer processo penal, sem nenhuma exceção;
- b) deve ser determinada apenas nos casos em que o crime é apenado com detenção;
- c) somente pode ser cuidada nos processos de competência de Juizado Especial Criminal;
- d) pode ser ordenada em qualquer processo referente à infração penal cuja pena privativa de liberdade seja, em abstrato, e no mínimo, de até um ano.

59. Sendo condenatória a sentença proferida em primeiro grau de jurisdição, a apelação interposta pelo Ministério Público, em favor do condenado:

- a) será considerada inadmissível;
- b) será conhecida pelo Tribunal, mesmo que o condenado tenha recorrido adequada e tempestivamente;
- c) será conhecida somente se o condenado não tiver recorrido;
- d) será considerada adesiva ao recurso do condenado.



60. A prisão temporária, prevista na Lei nº 7.960, de 21 de novembro de 1989, é:

- a) providência ínsita à investigação criminal;
- b) medida cautelar destinada a suprir a falta de prisão em flagrante;
- c) medida discricionária, de atribuição da autoridade policial;
- d) medida administrativa, substitutiva da prisão preventiva.

61. Nos contratos de compra e venda de bens móveis e imóveis, mediante pagamento em prestações, é correto afirmar que:

- a) consideram-se nulas de pleno direito as cláusulas que estabeleçam a perda total das prestações pagas em benefício do credor que, em razão do inadimplemento, pleitear a resolução do contrato e a retomada do produto alienado;
- b) há a aplicação da cláusula penal que leva à perda total das prestações pagas em benefício do credor, desde que o teto máximo da última prestação seja o valor da obrigação principal;
- c) o preço estipulado no contrato deve ser em moeda corrente do País, desfigurando a compra e venda a estipulação de ser pago em títulos da dívida pública ou títulos de crédito;
- d) o legislador atribui natureza real ao direito do comprador, sendo restrita a pretensão de exigir da outra parte a celebração do contrato definitivo cuja inexecução daria lugar apenas a perdas e danos.

62. Com relação às modalidades do ato jurídico, assinale a alternativa correta:

- a) a condição suspensiva é cláusula acessória a ato jurídico, cujo modo de atuar opera de tal forma que a eficácia do ato fica sujeita à realização de um evento futuro e incerto, não havendo aquisição imediata do direito, mas apenas uma expectativa de direito; com o implemento da condição, aperfeiçoa-se o ato e extingue-se o direito a que deu origem;
- b) a condição resolutiva é cláusula acessória a ato jurídico cujo modo de atuar opera de tal forma que a eficácia do ato, em vigor desde o entabulamento do negócio, extingue-se com a realização do evento futuro e certo;
- c) a condição potestativa é cláusula acessória que subordina a eficácia do ato à vontade de uma das partes do negócio, sendo permitida sua estipulação somente se efetuada por instrumento público;
- d) modo é cláusula acessória a atos de liberalidade que impõe ônus ao contemplado, adquirindo-se imediatamente o direito.

63. Considerando as disposições do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 31.11.64), assinale a alternativa correta:

- a) é vedado contrato de arrendamento ou parceria na exploração de terras de propriedade pública, sendo uma das exceções a tal comando legal a possibilidade de arrendamento ou parceria quando razões de segurança nacional o determinarem;



- b) o prazo dos contratos de parceria, desde que não convencionado outro pelas partes, será, no mínimo, de 5 (cinco) anos;
- c) no caso de alienação do imóvel arrendado, o arrendatário terá preferência para adquiri-lo em igualdade de condições, desde que o valor seja, no mínimo, o dobro daquele apurado na última colheita realizada no bem;
- d) na parceria agrícola, pecuária, agroindustrial e extrativa, observar-se-á que as despesas com o tratamento e criação dos animais correrão sempre por conta do parceiro ou tratador, estando vedada estipulação em contrário.

64. Assinale a alternativa correta:

- a) a função social é cumprida quando a propriedade rural atende, alternativamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos requisitos de aproveitamento racional e adequado, utilização adequada dos recursos naturais e preservação do meio ambiente, observância das disposições que regulam as relações de trabalho e comercialização dos bens produzidos ou a exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores;
- b) resolvido o domínio pelo implemento da condição ou pelo advento do termo, entendem-se resolvidos somente os direitos obrigacionais, mantidos os direitos reais concedidos na sua pendência;
- c) ao proprietário é assegurado o direito de usar, gozar e dispor de seus bens, só podendo reavê-los, contudo, se disposição expressa a respeito constar do título aquisitivo regularmente transcrito;
- d) é plena a propriedade, quando todos os seus direitos elementares se acham reunidos no do proprietário; limitada, quando tem ônus real, ou é resolúvel.

65. Relativamente ao pagamento, assinale a alternativa correta:

- a) o terceiro interessado que paga a dívida tem direito a reembolsar-se, mas não se sub-roga nos direitos do credor se houver oposição do devedor ao pagamento efetuado;
- b) quando efetuado por terceiro não interessado, em nome do devedor, revela propósito de praticar liberalidade, mas só se houver sub-rogação obrigatória;
- c) a entrega do título ao devedor firma a presunção de pagamento, exceto se, dentro de 60 (sessenta) dias, houver prova do não pagamento, hipótese em que a quitação ficará sem efeito, não se permitindo, contudo, esta prova, quando se der a quitação por escritura pública;
- d) as obrigações condicionais cumprem-se na data do implemento da condição, desde que a verificação do implemento da condição tenha ficado a cargo do devedor.

66. Assinale a alternativa correta:

- a) os juros compensatórios, na desapropriação indireta, incidem a partir da ocupação, calculados sobre o valor da indenização, corrigido monetariamente;
- b) os juros moratórios, na desapropriação direta ou indireta, contam-se, sempre, desde



a sentença de primeira instância;

c) a incidência dos juros moratórios sobre os compensatórios, nas ações expropriatórias, constitui anatocismo vedado em lei;

d) os juros compensatórios, na desapropriação direta, incidem a partir do trânsito em julgado da sentença, calculados sobre o valor da indenização, corrigido monetariamente.

67. Relativamente às obrigações de fazer, assinale a alternativa correta:

a) se o fato puder ser executado por terceiro, será livre ao credor mandá-lo executar à custa do devedor, havendo recusa ou mora deste, ou pedir indenização por perdas e danos;

b) se a prestação de fato se impossibilitar sem culpa do devedor, resolver-se-á a obrigação, com o dever do devedor de indenizar o credor pelas perdas e danos;

c) se o inadimplemento desta obrigação resultar de um mero capricho do devedor que se obrigou pessoalmente ao seu cumprimento, mas escusável sob o ângulo da personalidade difícil do mesmo (exemplo: artista muito famoso e requisitado), a lei reconhecerá esta circunstância, isentando-o de culpa e repondo as coisas no seu estado pré-obrigacional;

d) na obrigação infungível, o negócio se estabelece “intuitu personae”, não havendo necessidade de menção expressa, no contrato, à personalidade.

68. Relativamente às obrigações de não fazer, assinale a alternativa correta:

a) envolvem uma atitude omissiva do credor, de interesse jurídico para o devedor, sob pena de inadimplemento obrigacional;

b) a consumação do fato ou a prática do ato, em desobediência ao avençado, são circunstâncias suficientes para determinar a adimplência do devedor;

c) praticado pelo devedor o ato, a cuja abstenção se obrigara, o credor pode exigir dele que o desfaça, sob pena de se desfazer à sua custa, ressarcindo o culpado perdas e danos;

d) a impossibilidade de abstenção sempre gera para o devedor a submissão ao dever de indenizar o credor pelas perdas e danos sofridos.

69. Assinale a alternativa correta:

a) duas são as espécies de decadência: a extintiva e a aquisitiva;

b) é admissível a renúncia da prescrição em curso, sendo inadmissível a renúncia da prescrição consumada;

c) a prescrição atinge diretamente a ação e, por via oblíqua, faz desaparecer o direito por ela tutelado; a decadência atinge diretamente o direito e, por via reflexa, extingue a ação;

d) os prazos decadenciais podem ser interrompidos.



70. Relativamente ao mandato, assinale a alternativa correta:

- a) pode ser verbalmente pactuado;
- b) presume-se sempre gratuito, quando não se estipulou retribuição;
- c) os atos praticados pelo mandatário em nome do mandante, sem poderes suficientes, não podem ser ratificados;
- d) pode ser pactuado por instrumento particular, ainda que para a prática de ato que exija instrumento público, não sendo necessários poderes especiais para hipotecar ou transigir.

71. Assinale a alternativa **incorreta**:

- a) o pleito de tutela antecipada pode ser formulado não somente pelo autor, como também pelo réu-reconvinte, pelo oponente, pelo denunciante;
- b) nas ações dúplices, tais como a de usucapião e a reivindicatória, é possível o pedido de antecipação da tutela formulado pelo réu;
- c) o juiz pode conceder antecipação da tutela, de ofício, quando presentes a verossimilhança do direito invocado e o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, como também na hipótese de restar caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu;
- d) o provimento jurisdicional concessivo de tutela antecipada não pode ter caráter de irreversibilidade, podendo, no entanto, ter cunho de satisfatividade.

72. A Justiça Federal é competente para o processo e julgamento:

- a) das causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, réus, assistentes ou oponentes, inclusive as relativas a acidentes de trabalho, excetuando-se as de falência, bem como as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;
- b) das ações de usucapião especial, desde que presentes na relação jurídica processual a União ou qualquer de seus entes;
- c) das causas que envolvam litígios relativos ao processo eleitoral sindical;
- d) das causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização, bem como as que versam sobre direitos indígenas.

73. Em se tratando de condução do processo, é **incorreto** afirmar que o juiz:

- a) tendo indeferido a petição inicial, antes da citação do réu, poderá, ao receber a apelação do autor, exercer a faculdade de retratação, no prazo de quarenta e oito horas, sendo que, no caso de não reformar a decisão, descaberá o chamamento do demandado para responder ao recurso;
- b) no caso de desistência da ação ou de existência de qualquer causa que a extinga, deverá também obstar o prosseguimento da reconvenção;
- c) nas ações que versem sobre direitos disponíveis, não sendo caso de julgamento antecipado da lide ou de extinção do processo sem apreciação do mérito, deverá



designar audiência de conciliação, que se realizará com a presença dos litigantes ou seus procuradores, habilitados a transigir;

d) deverá designar a audiência de instrução e julgamento, no procedimento ordinário, quando necessária a produção de provas nessa fase, cabendo, antes, fixar os pontos controvertidos e decidir as questões processuais pendentes.

74. Indique a alternativa que não guarda pertinência com a disciplina constitucional e legal dada ao mandado de segurança:

a) a competência para julgar o mandado de segurança se define pela categoria da autoridade coatora e pela sua sede funcional;

b) tratando-se de mandado de segurança impetrado contra ato praticado por agente do INSS, sediado em comarca onde inexistir vara federal, que diga respeito à matéria previdenciária, a competência é do juízo estadual;

c) a lei proíbe a concessão de liminar, em sede de mandado de segurança, que vise a liberação de mercadorias, bens ou coisas de procedência estrangeira, bem como aquela que importe reclassificação ou equiparação de servidores públicos ou redunde na concessão de aumento ou extensão de vantagens;

d) tratando-se de sentença concessiva de mandado de segurança, em regra, o recurso de apelação interposto deve ser recebido somente no efeito devolutivo.

75. Considerando como tema central a ação civil pública, é **inviável** afirmar que:

a) o Ministério Público e as pessoas jurídicas estatais, autárquicas e paraestatais, assim como as associações destinadas à proteção do meio ambiente ou à defesa do consumidor possuem, em princípio, legitimidade ativa para promoverem ação civil pública;

b) a ação civil pública deve ser proposta no foro do local onde se der o ato ou fato lesivo, sendo que, no caso de existir interesse da União, suas autarquias e empresas públicas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, a causa deverá tramitar perante a Justiça Federal;

c) a sentença prolatada na ação civil pública fará coisa julgada “erga omnes”, exceto se a ação for julgada improcedente por deficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova;

d) a existência de ação civil pública em trâmite, versando sobre direitos individuais homogêneos, inibe o titular do direito de propor ação, individualmente, e assim pleitear o que é de seu interesse, face à caracterização de litispendência.

76. Em se tratando de processo de execução, assinale a alternativa **incorreta**:

a) o credor pode livremente desistir da execução ou de apenas algumas medidas executivas, mesmo depois da citação do devedor, no caso de inexistirem embargos;

b) no caso de existirem embargos interpostos, cujo objeto diga respeito a questões



processuais, é possível o credor desistir da execução, sem necessidade da aquiescência do devedor, respondendo, entretanto, pelos ônus da sucumbência;

c) na hipótese de os embargos versarem sobre questões de mérito, o credor somente poderá desistir da execução com a concordância do embargante;

d) não são títulos executivos extrajudiciais o documento particular assinado pelo devedor e duas testemunhas, o instrumento de transação firmado fora de qualquer processo judicial, mesmo que tenha sido referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública ou pelos advogados dos transatores.

77. Assinale a alternativa que não caracteriza uma hipótese legal de extinção do processo sem julgamento de mérito:

a) sentença que acolhe exceção de preempção, litispendência ou de coisa julgada;

b) sentença que reconhece a ausência de interesse de agir, ilegitimidade de parte, ou impossibilidade jurídica do pedido, sem que tenha sido alegado pela parte e após já ter sido encerrada a fase instrutória;

c) sentença que reconhece ter ficado parado o processo durante mais de um ano por negligência das partes, tendo, antes, sido intimado exclusivamente o advogado da parte faltosa para que desse andamento ao feito, o que não ocorreu;

d) sentença que acolhe o pedido do autor de desistência da ação, durante o transcurso do prazo para a resposta, sem o consentimento do réu.

78. Assinale a alternativa **incorreta**:

a) caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias à instrução do processo, indeferindo as diligências inúteis ou meramente protelatórias;

b) o juiz responderá por perdas e danos, quando no exercício de suas funções proceder com dolo ou fraude, o mesmo não ocorrendo na hipótese de, sem justo motivo, recusar, omitir ou retardar providência que devesse ordenar de ofício ou a requerimento da parte;

c) o juiz deve declarar sua suspeição quando alguma das partes for sua credora ou devedora, bem como de seu cônjuge ou de parentes em linha reta ou colateral até o terceiro grau;

d) o juiz não se exime de sentenciar alegando lacuna ou obscuridade da lei, devendo, nesses casos, recorrer à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

79. Tratando-se de litisconsórcio e de assistência, é **incorreto** dizer que:

a) há litisconsórcio necessário quando, por disposição da lei ou pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes, caso em que a eficácia da sentença dependerá da citação de todos os litisconsortes no processo;

b) considera-se caracterizada a assistência litisconsorcial toda vez que a sentença a



ser prolatada houver de influir na relação jurídica entre o assistente e o adversário do assistido;

c) uma diferença entre o assistente simples ou coadjuvante e o litisconsorcial está que aquele não pode assumir, em face do pedido, posição diversa da do assistido, enquanto que esse último pode fazê-lo;

d) a assistência somente pode ocorrer antes de prolatada a sentença no processo de conhecimento, além de que, em alguns casos, pode ter caráter de obrigatoriedade, cabendo ao juiz determinar, então, o ingresso do assistente.

80. Para efeito de produção e apreciação das provas no processo civil, assinale a alternativa **incorreta**:

a) o ônus da prova incumbe a quem alega, não sendo certo dizer que ao autor cabe a prova do fato constitutivo do seu direito, ao réu, a prova da existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor;

b) ocorrendo à revelia da União Federal, ainda assim é possível a realização de provas tendentes à descoberta da verdade, dado que, nesses casos, os fatos afirmados pelo autor não podem ser reputados verdadeiros tão somente pela ausência de contestação;

c) o juiz, de ofício ou a requerimento da parte, pode, em qualquer fase do processo, inspecionar pessoas ou coisas, a fim de se esclarecer sobre fato, que interesse à decisão da causa;

d) o juiz poderá determinar, de ofício, a realização de nova perícia quando a matéria não lhe parecer suficientemente esclarecida, mesmo a despeito das partes não concordarem.

81. A Organização das Nações Unidas - ONU - tem sede em:

a) Genebra;

b) Washington;

c) Haia;

d) Nova York.

82. A aquisição da nacionalidade brasileira primária rege-se, preponderantemente, pelo critério:

a) do “ius sanguinis”;

b) da extraterritorialidade;

c) do “ius soli”;

d) da livre opção dos pais.

83. O acesso à carreira diplomática, no Brasil, é permitido:

a) ao brasileiro e aos estrangeiros com residência no Brasil há mais de trinta anos ininterruptos;

b) ao brasileiro nato e ao brasileiro naturalizado;



- c) ao brasileiro e ao português com residência permanente no Brasil;
- d) ao brasileiro nato.

84. No Brasil, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente:

- a) submete-se à prévia aprovação do Senado Federal, por voto secreto, após arguição em sessão secreta;
- b) submete-se à aprovação prévia do Congresso Nacional, por voto secreto, após arguição em sessão secreta;
- c) não se submete à aprovação do Legislativo por ser competência privativa do Presidente da República;
- d) não se submete à aprovação do Legislativo por ser competência atribuída, por lei, ao Ministro das Relações Exteriores.

85. No Brasil, o pedido de extradição solicitado por Estado estrangeiro será, privativamente, processado e julgado pelo:

- a) Superior Tribunal Militar;
- b) Superior Tribunal de Justiça;
- c) Supremo Tribunal Federal;
- d) Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

86. Os princípios constitucionais relativos à seguridade social, expressos na uniformidade e equivalência das prestações para as populações urbanas e rurais e na irredutibilidade do valor dos benefícios, querem significar, respectivamente, que:

- a) os segurados urbanos e rurais devem receber tratamento uniforme somente dentro de suas respectivas categorias, podendo, entretanto, ocorrer distinções entre ambos, já que uns trabalham no campo e outros na cidade, mas, em qualquer caso, deve ser mantido o poder aquisitivo inicial dos benefícios concedidos;
- b) não existem mais distinções entre os segurados urbanos e rurais para efeitos previdenciários, sendo que os benefícios somente não podem ter redução nominal de seus valores;
- c) não é possível ao legislador impor distinções entre o regime previdenciário destinado ao trabalhador rural e ao urbano no tocante às prestações devidas, além de ser imperativo a manutenção do valor inicial dos benefícios, que deverá conservar sempre o mesmo poder aquisitivo;
- d) tanto os trabalhadores rurais como os urbanos devem contribuir para a seguridade social, devendo, também, ocorrer a manutenção dos mesmos valores dos salários de benefício.

87. O salário de benefício consiste:

- a) no valor da prestação a ser auferida pelo beneficiário da Previdência Social a cada mês;



- b) no valor básico utilizado para se calcular a renda mensal dos benefícios de prestação continuada, ou seja, representa a média aritmética simples de todos os últimos salários-de-contribuição dos meses imediatamente anteriores ao do afastamento da atividade ou da data da entrada do requerimento, até o máximo de trinta e seis, apurados em período não superior a quarenta e oito meses;
- c) na contraprestação devida pela Previdência Social para aqueles que estão em gozo de auxílio-doença e auxílio-reclusão;
- d) no valor devido ao segurado que, já tendo direito à aposentadoria por tempo de serviço, prefere continuar trabalhando.

88. A aposentadoria especial é devida quando:

- a) tiver o segurado trabalhado, durante 15, 20 ou 25 anos, na forma disciplinada em lei, sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, após o cumprimento da carência exigida;
- b) tiver o segurado trabalhado, pelo tempo exigido em lei, em atividades de especial interesse para a segurança nacional, após o cumprimento da carência exigida;
- c) tiver o segurado trabalhado, pelo tempo exigido em lei, em atividades diplomáticas especiais fora do país, após o cumprimento da carência exigida;
- d) tiver o segurado cumprido a carência exigida por lei e for integrante das categorias profissionais, cujas atividades reclamam maior esforço intelectual.

89. Assinale a alternativa **incorreta**, tomando em consideração a pensão por morte:

- a) é o benefício devido ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data do óbito ou da decisão judicial, no caso de morte presumida;
- b) o cônjuge divorciado ou separado judicialmente, ou de fato, que percebia pensão alimentícia quando vivo o segurado, concorrerá em igualdade de condições com a companheira ou o companheiro e o filho de qualquer condição, menor de 21 anos, ou inválido;
- c) se um dependente atrasar na realização de sua habilitação, a concessão da pensão por morte deverá ser sobrestada até a ocorrência da inclusão desse beneficiário faltante;
- d) havendo diversos dependentes habilitados, o valor da pensão por morte será rateado entre todos, em partes iguais, sendo que a parte daquele cujo direito à pensão cessar reverterá em favor dos demais.

90. Em se tratando do período de carência para o efeito de concessão de benefícios, é correto afirmar que:

- a) todos os benefícios previdenciários dependem, para sua concessão, do recolhimento de um número mínimo de contribuições mensais;
- b) a pensão por morte somente pode ser concedida após o cumprimento do período de



doze meses de carência;

c) independe de carência a concessão de aposentadoria por invalidez ao segurado que, após filiar-se ao Regime Geral da Previdência Social, for acometido de doenças graves elencadas em normas próprias, estando entre elas a tuberculose ativa, a hanseníase, a síndrome da deficiência imunológica adquirida, a cegueira;

d) tendo o homem ou a mulher, na qualidade de trabalhadores urbanos, completado, respectivamente, 65 anos ou 60 anos de idade, é devida a aposentadoria por idade, independentemente do cumprimento de qualquer período de carência.

91. Considerando como enfoque temático a perda e manutenção da qualidade de segurado, assinale a alternativa **incorreta**:

a) o segurado obrigatório, que deixar de exercer atividade abrangida pela Previdência Social, conserva essa qualidade, independentemente do recolhimento de contribuições, até doze meses após a cessação dos pagamentos que vinha efetivando como segurado obrigatório, sendo que, no caso de já ter recolhido mais de 120 contribuições (10 anos), este prazo fica aumentado para 24 meses;

b) o segurado que deixar de contribuir por ter sido preso conserva essa qualidade até 12 meses após o seu livramento, independentemente de contribuição;

c) o segurado, em gozo de benefício previdenciário, não perde essa qualidade, mesmo que não efetive o recolhimento de contribuições durante esse período;

d) o segurado facultativo somente perde essa condição após 12 meses sem recolhimento das respectivas contribuições.

92. Tomando por base os direitos relativos à Previdência Social assegurados na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa **incorreta**:

a) é assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei;

b) todos os salários-de-contribuição considerados no cálculo de benefício serão corrigidos monetariamente, à exceção da aposentadoria por tempo de serviço, quando somente serão corrigidos os doze últimos salários-de-contribuição;

c) nenhum benefício que substitua o salário-de-contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor inferior ao salário-mínimo;

d) a gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano.

93. Em se tratando do chamado benefício de assistência social, é **incorreto** dizer que:

a) a Constituição Federal assegura um salário-mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei;

b) o benefício de prestação continuada não está sujeito a desconto de qualquer contribuição;



- c) o benefício pode ser acumulado com qualquer outro no âmbito da Seguridade Social ou de outro regime previdenciário ou assistencial;
- d) o benefício de prestação continuada é intransferível, não gerando direito à pensão em favor do herdeiro ou sucessor.

94. Para efeito de aposentadoria, não é possível:

- a) a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana;
- b) a concessão de aposentadoria proporcional, após trinta anos de trabalho, para o homem, e, após vinte e cinco, para a mulher;
- c) a realização do cálculo do benefício tomando-se por base a média dos trinta e seis últimos salários-de-contribuição, corrigidos monetariamente mês a mês;
- d) a concessão do benefício, em se tratando de aposentadoria por invalidez, se a incapacidade for total e temporária.

95. O auxílio-doença é devido:

- a) a contar do 16º dia do afastamento da atividade para o segurado empregado e empresário, e no caso dos demais segurados, a contar da data do início da incapacidade e enquanto ele permanecer incapaz;
- b) mesmo que o segurado tenha se filiado ao regime geral da Previdência Social já portando a doença ou lesão invocada como causa para o benefício, e não só no caso de incapacidade superveniente por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão;
- c) após cumprido o período de carência, se assim for o caso, e estiver incapacitado total e permanentemente para o trabalho;
- d) desde a data em que se registrou a doença incapacitante, mesmo que venha a ser requerido por segurado afastado das atividades por mais de trinta dias.

96. Ação escritural de uma Companhia (S/A):

- a) é um documento registrado nos livros da companhia, idêntico à debênture;
- b) expressa um direito incorpóreo, dispensa o certificado e permanece em depósito numa instituição financeira;
- c) só pode ser escriturada depois do primeiro aumento de capital da companhia, devidamente registrado na Junta Comercial;
- d) existe somente enquanto não houver autorização governamental para funcionamento da companhia. Depois da publicação oficial dessa autorização, a ação escritural será transformada em ação nominativa, ordinária ou preferencial.

97. O segurado foi receber da seguradora um cheque cruzado em preto, não à ordem, em pagamento de indenização, cumprindo contrato de seguro:

- a) o segurado pode, tranqüilamente, passar adiante o cheque recebido para que um



terceiro o deposite em sua conta corrente, desde que esteja endossado no verso;

- b) o segurado só poderá receber o cheque junto ao caixa do banco sacado;
- c) o cheque recebido pelo segurado só poderá ser depositado em sua conta corrente, cumprindo ao estabelecimento bancário pagá-lo;
- d) o segurado poderá entregar o cheque a um banco, mediante endosso-mandato, para prestação do serviço de cobrança do cheque, pagando certa tarifa pelo serviço prestado, como é permitido pelo Banco Central do Brasil.

98. Quando se diz que a concordata preventiva só obriga os credores quirografários, isto quer dizer que:

- a) só podem receber na concordata os credores portadores de títulos de crédito;
- b) os credores com garantia real só poderão receber depois de pagos os créditos dos credores quirografários;
- c) os credores por créditos trabalhistas na concordata preventiva são os primeiros a serem pagos;
- d) os credores por créditos consistentes em aluguéis, que decorram de contratos de locação de imóveis firmados com a concordatária, devem habilitar seus créditos na concordata, dentro do prazo assinalado no DL nº 7.661/45.

99. Na sociedade por quotas de responsabilidade limitada o sócio responde:

- a) pela integralização do capital social, até o limite das quotas que subscrever;
- b) pela integralização do capital social, até o limite total do mesmo capital social;
- c) pelo pagamento das dívidas da sociedade, até o limite do capital social;
- d) pelo pagamento das dívidas da sociedade, independentemente do montante do capital social.

100. O protesto da duplicata mercantil assegura ao portador:

- a) o direito de propor ação de execução no domicílio do credor;
- b) o direito de regresso contra o devedor principal e seu avalista;
- c) o direito de regresso contra os endossantes e avalistas que o antecedem;
- d) o direito de receber o crédito diretamente do devedor principal ou de qualquer dos endossantes e avalistas.



Gabarito da Primeira Prova Escrita do VII Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 3ª Região

1	C	21	A	41	B	61	A	81	D
2	A	22	A	42	C	62	D	82	C
3	D	23	A	43	D	63	A	83	D
4	C	24	A	44	D	64	D	84	A
5	D	25	B	45	B	65	C	85	C
6	C	26	B	46	A	66	A	86	C
7	A	27	A	47	C	67	A	87	B
8	D	28	C	48	C	68	C	88	A
9	D	29	C	49	B	69	C	89	C
10	A	30	A	50	A	70	A	90	C
11	D	31	B	51	*	71	C	91	D
12	D	32	A	52	D	72	D	92	B
13	D	33	B	53	B	73	B	93	C
14	B	34	D	54	C	74	B	94	D
15	C	35	C	55	A	75	D	95	A
16	D	36	A	56	B	76	D	96	B
17	C	37	C	57	C	77	*	97	C
18	D	38	C	58	D	78	B	98	A
19	C	39	D	59	C	79	D	99	B
20	A	40	D	60	A	80	A	100	C

* Questões anuladas.